



História, Ciências, Saúde-Manguinhos

ISSN: 0104-5970

ISSN: 1678-4758

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Minayo, Maria Cecília de Souza

Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil

História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 27, núm. 3, 2020, Julho-Setembro, pp. 919-932

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386164937012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil

The unusual origin of qualitative social science research in Brazil

Maria Cecília de Souza
Minayo¹

¹ Pesquisadora emérita, Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde/Fiocruz. Rio de Janeiro – RJ – Brasil
orcid.org/0000-0001-6187-9301
maminayo@terra.com.br

Recebido em 22 maio 2019.

Aprovado em 13 ago. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul.-set. 2020, p.919-932.

Resumo

Analisa-se como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi o berço do método qualitativo no Brasil, por meio do Estudo Nacional da Despesa Familiar. Essa pesquisa analisou as condições de vida da população brasileira, numa amostra de 55.311 pessoas nos anos 1970, em que foram triangulados dados quantitativos e qualitativos. Evidenciaram-se os efeitos na desigualdade social sobre a desnutrição, a mortalidade infantil e a expectativa de vida: 62,7% das famílias possuíam deficiência calórica; 40%, penúria alimentar; havia 115 óbitos por mil nascidos vivos; e a expectativa de vida era de apenas 59 anos. Cunhado pelo IBGE como “informações não estruturadas”, o estudo qualitativo lançou luz sobre e humanizou os números coletados. Mas sua divulgação foi proibida pela ditadura militar, na época do chamado “milagre brasileiro”.

Palavras-chave: Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); história; regime militar; método qualitativo.

Abstract

We describe how the IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) was the cradle of the qualitative method in Brazil, through its National Study of Family Spending. This study analyzed the living conditions of the people of Brazil, sampling 55,311 individuals in the 1970s and merging quantitative and qualitative data. The effects of social inequality on malnutrition, infant mortality and life expectancy stood out: 62.7% of families had caloric deficit; 40% suffered from shortage of food; there were 115 deaths per 1,000 live births and the life expectancy was 59 years. The IBGE coined the term “unstructured information” for the data, and the qualitative study shone light on and humanized the data collected. However, the military dictatorship prohibited its publication during the time of the so-called “Brazilian miracle.”

Keywords: Brazil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); history; military regime; qualitative method.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>

O método qualitativo de pesquisa social no Brasil teve um berço inusitado: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), centro oficial da pesquisa censitária nacional, onde as grandes investigações demográficas e econômicas são realizadas. A comunicação que se pretende fazer sobre essa origem – para afastar qualquer equívoco – não leva em conta a visão compreensiva que está presente em obras de importantes sociólogos nacionais, como Antonio Candido (1975), Fernando Henrique Cardoso (1962), Florestan Fernandes (1955) e tantos outros. Trata, sim, do uso sistemático da abordagem qualitativa para estudar grandes grupos populacionais de forma combinada com estudos estatísticos. Essa experiência acadêmica e estratégica aconteceu no Brasil nos anos 1970.

Este texto se detém no “Estudo Nacional da Despesa Familiar” (Endef), ocorrido entre 1974 e 1979, que contou com amostra de 55 mil domicílios em todo o território nacional, tendo sido entrevistadas e observadas 53.311 famílias. A parte qualitativa do estudo foi realizada a partir dos cadernos de campo de 1.200 agentes (dentre os trinta mil que atuaram nas atividades empíricas) que fizeram anotações pessoais, numa página disposta ao final do “caderno de pesquisa”, sobre aspectos não previstos no questionário e acerca de suas próprias impressões a respeito da situação dos entrevistados. Essa página foi inicialmente pensada para esclarecer dados dos questionários e, pela importância das observações que continha, passou a ser analisada como uma fonte de informações qualitativas.

Lembrar as origens dessa saga é reverenciar a memória da pesquisa social no país e a de pioneiros que ousaram ir aos mais longínquos e inóspitos rincões para entender a realidade nacional e propor soluções para os problemas de pobreza, miséria e condições precárias de vida. A memória aqui é tratada como um processo permanente de construção e reconstrução, pois é sempre a partir das necessidades e das indagações do presente que se lê o passado (Hochman, 2009). Alguns traços da primeira pesquisa qualitativa em larga escala propõem respostas epistemológicas inovadoras, reafirmando práticas consagradas próprias dessa abordagem e evidenciando as dificuldades que a acompanham.

O texto se divide em duas partes: a primeira é uma breve contextualização do Endef, do qual a pesquisa qualitativa fez parte. A segunda descreve a experiência de abordagem e de análise compreensiva, conduzidas por Parga Nina, visando à integração de dados quantitativos e qualitativos e mostrando seus resultados: inusitados, surpreendentes e politicamente silenciados.

Fontes de informação

Entre as várias fontes de informação aqui utilizadas, destacam-se os quatro volumes sobre o trabalho do Endef (IBGE, 1976a, 1976b, 1977, 1978a, 1978b); o capítulo 6 do quarto volume da *História das estatísticas brasileiras*, escrito por Camargo (2010); e o excerto sobre Parga Nina elaborado por Minayo (2010).

Na primeira parte do “Estudo das informações não estruturadas do Endef e sua integração com os dados quantificados” (IBGE, 1976a), encontra-se a proposta do trabalho de campo, sua organização e seus objetivos estratégicos; o método de ordenação e classificação dos textos em unidades de registro e unidades de contexto; os aspectos teóricos que informaram a condução do estudo, em particular a relação entre quantitativo e qualitativo e a

conceituação de categorias de análise; a realização do processo classificatório; a escolha do tópico “alimentação” como “categoria concreta”; e o registro detalhado dos “alimentos de base”. Esse documento tem um anexo de valor inestimável (1976b) denominado “Relatos de viagem a estados nordestinos”, onde estão registradas as percepções dos pesquisadores (tais como deles recebidas) sobre as famílias, as situações de fome, de penúria e suas estratégias de sobrevivência. O terceiro volume (1977), que também integra a primeira parte, trata dos dados antropométricos associados a informações acerca da alimentação da população pesquisada na amostra.

Na segunda parte do “Estudo das informações não estruturadas do Endef e de sua integração com os dados quantificados” (IBGE, 1978b) há um capítulo introdutório que retoma o método de análise citado anteriormente. Em seguida, inicia-se um trabalho classificatório das principais categorias utilizadas, que Parga Nina denominou “categorias práticas”. Esse compêndio, que incorporou a metodologia de Holsti (1969), classificou as falas por meio de unidades de registro e de contexto trazendo informações sobre as situações dos entrevistados em cada um dos estados do país.

A leitura do trabalho de Camargo (2010) oferece, em primeiro lugar, uma ampla discussão a respeito das mudanças ocorridas durante a gestão de Isaac Kerstenetzky no IBGE, contextualizando-as no momento político que o país vivia, entre o autoritarismo militar e a busca pelo aumento de sua capacidade técnica e científica. O autor se detém na oportunidade histórica da proposta de Kerstenetzky, que orientou sua gestão para reacender a mística institucional de servir ao desenvolvimento do país e projetar o IBGE como o grande instituto de investigações sociais sobre o Brasil. Para isso, investiu em equipes multidisciplinares, cooperação com as universidades e na realização de muitos trabalhos empíricos.

Camargo (2010, p.170) descreve e analisa a organização do Endef, ressaltando como ele se tornou, na época, a pesquisa mais importante sobre a pobreza no país, uma pesquisa duramente silenciada que pretendia bradar contra o rosto da fome. “Fome que, longe de assolar somente o Nordeste, como se acreditava antes, escrevia as tristes linhas da história de toda uma nação”. Assim assevera o autor:

Mais do que tematizar, reavaliar e divulgar os dados não estruturados do Endef, este capítulo visa recuperar a sua riqueza para o conhecimento da realidade do País, para o enobrecimento da história do IBGE e para a honra de ibgeanos notáveis que, com ousadia revolucionária, lutaram nos anos de chumbo para mostrar a gélida nervura do real: a de que o Brasil, afinal, era um imenso Nordeste (Camargo, 2010, p.171).

Nessa parte aparece a figura de Parga Nina, que, ao lado de Isaac deu concretude não apenas aos dados contidos nas análises quantitativas, mas ao precioso acervo das chamadas informações não estruturadas que valorizaram tanto a observação de campo como os relatos de experiência dos entrevistadores.

O trabalho de Minayo (2010) mostra sua experiência de pesquisa com Parga Nina na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde ele deu continuidade a seu objeto de estudo em *Configuração de situações de pobreza* (Parga Nina et al., 1983). A autora retoma os princípios teórico-metodológicos da investigação e o esforço do pesquisador e do

grupo por demonstrar o papel da pesquisa social qualitativa na compreensão da vivência da fome e da miséria. Outros autores também foram circunstancialmente citados neste artigo, pessoas que a *posteriori* vão tendo acesso a esse momento histórico de investimento na construção de teorias e métodos de uma ciência social empírica, comprometida com a realidade e com a transformação social.

Contextualização do Estudo Nacional da Despesa Familiar

O papel do IBGE e seu reconhecimento nacional e internacional variaram ao longo de sua história. Até 1970, uma das funções principais do instituto era recolher as informações provenientes dos órgãos públicos, organizá-las e divulgá-las (Senra, 2009; Camargo, 2010). A partir de 1970, na gestão de Isaac Kerstenetsky (Senra, 2009), inicia-se um processo de reforma institucional visando que o IBGE se tornasse um órgão de “pesquisa de inteligência” (Bulmer, 1986) e de sustentação do planejamento orientado ao desenvolvimento nacional. Essa reforma fez parte do projeto de modernização conservadora proposta pela ditadura militar (Hochman, 2009). O recenseamento de 1970, junto com o Endef, foi o primeiro ato nesse sentido. As três décadas seguintes, marcadas pelo auge da repressão militar até o início da transição democrática, podem ser compreendidas como capítulos de organização e reorganização do Estado brasileiro.

Durante os três primeiros anos da década de 1970, foram construídos os fundamentos teóricos e metodológicos do Endef; para tanto o IBGE fez parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e adotou uma linha de pesquisa francesa que se preocupava com a diferença entre orçamento e capacidade de escolha nutricional (Malatova, Santana, Monteiro, 2013).

Três procedimentos tornaram o Endef uma pesquisa ímpar em relação a outras realizadas pelo IBGE: (1) articulação de dados qualitativos e quantitativos, combinando informações estruturadas e observações abertas; (2) notificação do que de fato havia sido consumido em cada uma das refeições diárias, e não apenas o que fora adquirido pela família; e (3) foco no ritmo alimentar: “O café da manhã, à época, representava 18% das calorias ingeridas no dia, o almoço 49% e o jantar 33%” (IBGE, 1978a, p.14).

Operacionalização do Estudo Nacional da Despesa Familiar

O Endef foi concebido como uma pesquisa voltada para as necessidades de planejamento das políticas de Estado a partir das condições de vida da população brasileira. Seu foco foi o consumo alimentar. Na época havia três métodos para se trabalhar com o tema: o de inventário, que utilizava a caderneta de compras; o de entrevista, que partia de uma lista para facilitar o recordatório do que era consumido; e o de pesagem, que estimava o consumo como a diferença entre o peso dos alimentos antes e depois da preparação (Vasconcellos, 1983). A eles o Endef agregou variáveis de natureza antropométrica e sobre gastos correntes e bens de consumo duráveis.

O estudo de campo se iniciou em fevereiro de 1974, com a definição do perfil de supervisores e entrevistadores. Houve uma chamada pública divulgada nos jornais de grande

circulação das capitais brasileiras, e o IBGE contratou uma empresa especializada para a seleção dos candidatos, escolhidos a partir de uma bateria de testes de aptidão técnica e psicológica. Os selecionados passaram por entrevistas individuais.

O treinamento formal dos participantes ocorreu em três etapas. A primeira foi a de 23 formadores, grupo composto por profissionais de várias especialidades pertencentes ao quadro institucional (analistas de sistema, economistas, estatísticos, geógrafos e sociólogos) e por contratados especificamente para o Endef (nutricionistas e professores). Com esse seletivo grupo, foi testada uma versão inicial do manual de instruções rascunhada pelos coordenadores da pesquisa. A segunda etapa consistiu no treinamento de 29 supervisores e coordenadores estaduais, grupo formado por técnicos das unidades regionais do IBGE, encarregados de organizar e dirigir a fase de campo. Constituíram-se nove centros de formação que reuniram supervisores de um ou mais estados, em regime intensivo. Junto com esse grupo foi elaborado um esboço dos “Cadernos de pesquisa do Endef”. Cadernos e manual tiveram pelo menos nove versões, buscando seu aprimoramento antes da entrada em campo. Os formadores e os supervisores treinaram e eram responsáveis pelas atividades realizadas pelos agentes que tiveram uma preparação especial, pois entrariam nos lares e acompanhariam as refeições das famílias. Foi criada também uma equipe de crítica das informações recolhidas, tarefa exercida por formadores responsáveis pelo controle e codificação do material coletado e pela supervisão *in loco*, quando necessária.

O trabalho de campo foi iniciado em agosto de 1974 e terminou em agosto de 1975. Com uma amostra total de 55.331 mil domicílios, cada agente ficou responsável por aplicar o questionário em quarenta residências. Dias antes do início da aplicação do instrumento, ele fazia uma visita à família selecionada para apresentar o Endef, obter colaboração e marcar o primeiro encontro. Quando havia recusa, outra em condições semelhantes era selecionada. O pesquisador fazia, por dia, três a quatro visitas de 30 a 45 minutos à mesma família, de forma a cobrir todas as refeições. Usava duas balanças (uma para pesar alimentos, outra para pesar pessoas) e duas fitas métricas (uma metálica e outra de pano). Anotava os produtos e a quantidade em quilogramas do que era consumido num questionário padronizado que continha 25 campos. O agente acompanhava todas as refeições, pesando cada uma, inclusive as sobras, que também eram contabilizadas (IBGE, 1976a). Anotava o nome, o estado, a origem e a refeição de tudo que fora consumido por cada membro da família. Registrava também o preço dos alimentos, o lugar de aquisição, os resíduos e o espaço onde cada pessoa fazia as refeições diárias. Cada agente entrevistava dois domicílios por dia durante sete dias consecutivos e depois descansava por dois dias. A esses nove dias deu-se o nome de “período de entrevista”. Os temas que compunham o questionário eram: (1) características dos domicílios; (2) características da unidade de alimentação; (3) características das unidades de orçamento secundárias; (4) folha de coleta (IBGE, 1974).

Ao final do questionário fechado havia um item, “Observações sobre a unidade pesquisada”, no qual o pesquisador de campo, se quisesse, colocava suas impressões sobre o que não havia sido contemplado no instrumento fechado. Esse espaço aberto, que teve a adesão de 1.200 agentes, foi posteriormente organizado no formato de um “banco de dados não estruturados” (qualitativos), com o intuito de complementar as informações quantitativas.

Em janeiro de 1976, foi iniciado um trabalho metódico e intensivo de codificação e de processamento dos dados, envolvendo profissionais de várias áreas, como agrônomos, economistas, estatísticos, geógrafos, matemáticos, nutricionistas e sociólogos. Pela primeira vez, informações quantitativas e qualitativas foram tratadas conjuntamente e por uma mesma equipe multidisciplinar, dentro do próprio IBGE (Vasconcellos, 1983).

Com base no trabalho empírico, foram estabelecidas grandes categorias de análise que deram origem às seguintes publicações internas: *Consumo alimentar: antropometria*; *Consumo alimentar: despesas das famílias*; *Despesas das famílias (dados preliminares)* (IBGE, 1978b). Em 1980 e 1981 foram consolidadas informações sobre *Nomenclatura dos alimentos consumidos no Brasil*. No final de agosto de 1982, o Banco de Informações do Endef foi incorporado ao Banco de Dados do IBGE (Vasconcellos, 1983).

Infelizmente, as macrocategorias citadas não chegaram a ser suficientemente analisadas, embora a tipificação inicial já as tornasse de extrema relevância para conhecimento das condições de vida do país. Estudiosos, como Vasconcellos (1983), Camargo (2010) e Malatova, Santana, Monteiro (2013), que têm se debruçado sobre os resultados do Endef, consideram-no uma pesquisa pioneira quanto às estratégias metodológicas, à abrangência e à relevância histórico-social.

Pesquisa qualitativa ou informações não estruturadas

Os atores

Isaac Kerstenetzky, economista e especialista em planejamento pelo Instituto de Estudos Sociais de Haia, na Holanda, aluno de Jan Tinbergen, prêmio Nobel de Economia, foi o presidente que iniciou a transformação do IBGE e bancou o Endef. Kerstenetzky entendia que estatísticas populacionais deveriam ser teoricamente fundamentadas e contextualizadas. Porque, segundo Hochman (2009), ele era um mestre da pesquisa aplicada e percebia a inutilidade das controvérsias econômicas sem evidência empírica. Mas era também um humanista, para quem o fenômeno econômico não pode ser jamais entendido se as questões sociais e ambientais que o implicam não forem compreendidas. Aos colegas do IBGE, Kerstenetzky costumava repetir a parábola da formiga, da aranha e da abelha, de Francis Bacon (1561-1626), conhecido como profeta da ciência moderna: o empirista se assemelha a uma formiga reunindo o que encontra, trazendo-o para casa em estado bruto. O racionalista puro se assemelha a uma aranha, tirando tudo de sua própria substância e tecendo uma teia vazia. O filósofo autêntico não é nem formiga nem aranha: coleta o néctar das flores e dele faz o mel, como uma abelha. E concluía: “Se os senhores examinarem qualquer campo do conhecimento – e o contraste é mais dramático no caso das ciências sociais –, encontrarão ilustres personagens que podem receber estes três rótulos. Lamentavelmente, o número de abelhas é extremamente escasso porque a função de formiga empírica ou de aranha racionalista é bem mais fácil e cômoda” (Kerstenetzky, 1973, p.470-471).

Sobre o sentido das pesquisas a ser realizadas pelo IBGE, afirmava:

O que o IBGE faz é essencialmente pesquisa social ... Nós teríamos que distinguir as pesquisas microssociais das pesquisas macrosociais. A ideia de macrosocial não pretende

sugerir uma hierarquia, no sentido de que elas sejam necessariamente mais importantes do que as microssociais, normalmente desenvolvidas como parte da pesquisa de natureza sociológica ou antropológica. Ao contrário, elas são essencialmente complementares. Seria ingênuo esperar que só do sistema estatístico central, responsável pela pesquisa macrosocial, pudesse vir todo o espectro de informações necessárias para a tomada de decisões ou a compreensão do que está ocorrendo na sociedade ... Não se deve ter a ilusão de que através da quantificação se tenha resposta para tudo (Kerstenetzky, 1991, p.16-17).

E ainda:

O mais simples dos questionários do sistema estatístico tem, de modo claro ou implícito, conteúdo de teoria. Se não tiver, será grande o risco de que se alcancem resultados, na melhor das hipóteses, modestos ... Vamos ao campo para coletar e reunir dados, a partir de um sistema básico de referência ou hipóteses de trabalho, derivados da teoria. A exploração dos sistemas de referência e do aperfeiçoamento das hipóteses depende de modo crítico, do trabalho desenvolvido na área de pesquisa (Kerstenetzky, 1974).

Por que falar de Isaac Kerstenetzky? Porque como presidente do IBGE ele foi fundamental para que o Endef acontecesse. Só num ambiente institucional aberto à inovação, em particular num órgão eminentemente estatístico, seria possível gestar uma experiência científica de abordagem qualitativa, como o foi o *Estudo de informações não estruturadas*. É preciso falar também de Parga Nina, que foi o coordenador do Endef. Diplomado em sociologia pela Escola de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro, era mestre em pesquisa social pela Universidade Católica de Washington, de onde voltou direto para o IBGE em 1971, a convite de Kerstenetzky. Ancorado na sustentação estatística das políticas públicas e nas contribuições da sociologia e da antropologia para pensar a questão social, Parga Nina deu prioridade ao Endef e conduziu o primeiro grande estudo sistemático sobre a situação de fome e desnutrição no Brasil. Por injunções políticas internas e externas, Parga Nina nunca recebeu a reverência que merece.

O papel da dupla Kerstenetzky/Parga Nina na transformação institucional do IBGE reforça as teorias sobre o lugar e o papel das personalidades que, em contexto histórico específico, influenciam positivamente sua instituição, galvanizando a energia de pessoas e grupos para o crescimento de todos, deixando um legado de sua liderança.

Por que o foco na alimentação?

É preciso esclarecer que o foco na alimentação era uma preocupação permanente do Estado brasileiro desde o início do século XX (Senra, 2009). As teorias correntes consideravam que o povo era desnutrido porque não sabia se alimentar e as deficiências nutricionais seriam uma das explicações para o atraso do país (Rodrigues, 2011). A relevância desse tema tem fundamentos teóricos também em autores internacionais, embora com outra conotação. Por exemplo, na obra *A formação da classe operária inglesa*, Thompson (2011) ressalta que, para se conhecer os padrões de vida de um povo, a estratégia mais valiosa é encontrar os indicadores de hábitos alimentares, de habitação e de vestimentas. A dieta geralmente se associa ao tipo de trabalho exercido e à condição de vida. No caso dos trabalhadores ingleses estudados por ele, Thompson comenta

que seus hábitos de ingestão de bebidas alcoólicas eram considerados essenciais para o desempenho do trabalho pesado.

Quadro teórico-metodológico

Como foi organizar uma pesquisa qualitativa de tamanha grandeza e profundidade? Em primeiro lugar, dando-lhe um amplo e profundo arcabouço teórico. Em segundo, investindo na metodologia de campo e na análise; e, em terceiro, articulando-a com os dados quantitativos, pois, como lembra Kant (1997), todo fenômeno sintetiza quantidade e qualidade.

A perspectiva de Parga Nina era “rejeitar a dicotomia quantitativo-qualitativo e o *continuum* qualitativo-quantitativo, que sugerem uma progressão na qualidade da pesquisa a favor do quantitativo” (IBGE, 1976a, p.49-50). Para isso, fez o seguinte percurso teórico. Primeiro, reviu o sentido do termo objetividade visando à sustentação empírica das hipóteses de pesquisa. Tomou como conceito-chave a expressão “ação social” (Weber, 2004), entendida como toda conduta orientada significativamente para o outro com quem se convive em intersubjetividade e em que se desenvolvem as regras de pertencimento dos indivíduos e a antecipação da tomada de decisão.

Em segundo lugar, Parga Nina utilizou as teorias de um discípulo de Weber, Alfred Schütz (1967), que inverteu o sentido do conceito de “tipo-ideal” (Weber, 2004), utilizando em seu lugar o termo “tipificação” para designar a forma como as pessoas, na vida cotidiana, interpretam os fatos sociais. Tipificações empíricas, segundo Schütz, constituem um “conhecimento de primeira ordem” e devem ser objeto de compreensão e análise do pesquisador que, a partir delas, gera um “conhecimento de segunda ordem”, contextualizado e balizado na reflexão pessoal e no conhecimento científico acumulado.

Em terceiro lugar, Parga Nina chamou atenção para os conceitos de “intersubjetividade” e de “empatia” em Denzin (1970) como modos de se relacionar com os entrevistados, o que coloca em xeque a ideia positivista de neutralidade: “Não há nenhum sentido em procurar entender a realidade socioeconômica através da pesquisa em qualquer campo se não houver também um esforço para tentar compreender, por um mínimo de convivência, de simpatia, de contato direto, a dimensão humana do que está sendo investigado” (IBGE, 1976a, p.5). E o autor problematizou, num capítulo inteiro do manual escrito para os coordenadores do Endef, as relações entre subjetividade e objetividade com uma crítica contundente ao que considera, junto com Bourdieu (1973, p.27 e s.), “falsa filosofia de objetividade”, “falsa submissão aos fatos” e “ilusão da transparência”.

Em quarto lugar, baseado em William Thomas (1970), atualizou o conceito de “definição da situação pelo próprio sujeito”, valorizando a fala dos entrevistados, o senso comum e as crenças como expressões válidas e vívidas de construção da realidade, matéria-prima para o trabalho do cientista social.

Outros autores, como Granger (1969), Gurvitch (1982) e Cicourel (1964), também se incorporaram ao elenco de pensadores da pesquisa qualitativa referenciados por Parga Nina, que ressaltou seu ponto de vista segundo o qual não existe concorrência entre o dado mensurado e o dado significativo, a exemplo de Kerstenetzky. E enfatizou que uma

correlação responsável entre as duas propostas teórico-metodológicas poderia fundamentar ações adequadas a favor da população brasileira.

A expectativa de Parga Nina era de que articulação entre dados objetivos e subjetivos que traduzissem o modo de vida dos brasileiros iluminasse os caminhos adequados para o planejamento do Estado. A pesquisa buscou compreender a situação das famílias e valorizar sua experiência, já que, na visão de Parga Nina, elas deviam estar implicadas no planejamento dos governos:

Nenhum planejamento tem sentido quando imposto de cima, sobre os atores, sem considerar sua experiência e sua vivência. A tentativa de saber o que os participantes da situação acentuam faz sentido, em uma pesquisa tipo Endef, quando se deseja que aqueles que vão de fato dar vida ao planejamento, isto é, as famílias brasileiras como as pesquisadas, dele participem de algum modo (IBGE, 1976a, p.III).

Categorização das informações não estruturadas

Na visão de Parga Nina, era impossível separar os dois momentos (o da pesquisa quantitativa e o da pesquisa qualitativa) no Endef, a não ser para análise, uma vez que as informações estruturadas e não estruturadas estavam orientadas para o planejamento e a ação. O “Estudo das informações não estruturadas” teve duas fontes: a observação pela presença dos agentes em cada residência durante sete dias consecutivos e as anotações voluntárias ao final do caderno de pesquisa. As páginas escritas, previstas para esclarecer dúvidas dos questionários, transformaram-se num texto de produção de conhecimento complementar, visando conversar com os dados estatísticos, como já foi mencionado. Apresentando a classificação resultante da análise das anotações de 1.200 pesquisadores, Parga Nina ressaltou: “É evidente que algo deve ser feito para captar o que as equipes de trabalho observaram, sentiram e viveram nesse ano de trabalho, para integrar esse conjunto de significados com os dados quantificados” (IBGE, 1976b, p.50). Comentaristas (Vasconcellos, 1983; Camargo, 2010; Malatova, Santana, Monteiro, 2013) afirmam que tais registros superaram em muito as limitações de caráter empírico que cercavam os estudos sobre o tema na época.

As páginas escritas pelos pesquisadores de campo foram lidas, e seus termos, classificados como categorias empíricas surgidas das relevâncias apontadas pelas narrativas (Schütz, 1967). O critério adotado para tipificação foi o de frequência de citações semelhantes, seguindo a linha de Holsti (1969), de forma a permitir comparabilidade. Exemplo: a categoria “alimentos de base”, pela abundância de referências aparentadas, constituiu-se num dos temas principais do tópico “alimentação”. Expressões equivalentes ou aproximadas: “a alimentação básica era”, “a base alimentar da família é”, “a comida diária compõe-se apenas de”, “alimentam-se quase só de”, “alimentam-se principalmente de”, “os alimentos resumiam-se em”, “as refeições consistem basicamente em”, “o cardápio trivial baseado em”, “o alimento predominante é” (IBGE, 1976b, p.129-130). A categoria “penúria alimentar”, igualmente associada ao tópico “alimentação”, foi assim compreendida: “Há penúria alimentar quando a situação de disponibilidade de alimento para o grupo humano é insuficiente para atender suas necessidades ... como condição permanente de vida do grupo ou durante tempo relativamente longo” (IBGE, 1978b, p.27). Para integrar essa categoria,

foram estabelecidos os seguintes critérios: (a) ter incluída a palavra “fome” ao registrar sua presença; (b) indicar situação de fome, mesmo sem incluir a palavra; (c) mostrar aspectos do modo de vida, com indicação de precariedade da alimentação; (d) registrar efeitos patológicos resultantes da penúria (p.29).

As informações foram ordenadas em:

histogramas que indicavam a frequência de citações sobre condições, ou níveis de vida maus e bons, em cada tópico, a saber: ‘alimentação’; ‘saúde e higiene’; ‘educação e cultura’; e ‘atividades econômicas’. Por exemplo: as más condições de saúde foram representadas por duas categorias: ‘doenças graves’ e ‘desnutrição e subnutrição’; as más condições de vida foram representadas por ‘situação econômica má’ e ‘desemprego’; e, ao contrário, ‘situação econômica boa’ e ‘emprego’ (IBGE, 1978b, p.20).

As “más condições de trabalho” foram definidas por “salários insuficientes, grande carga de atividades, situações de exploração, recusa à participação em benefício da previdência social, registros errôneos em carteira de trabalho”, entre outros (IBGE, 1978b, p.21). O volume descritivo dessas informações revelou a situação de penúria em todos os estados brasileiros. Na visão de Parga Nina, os dados qualitativos obtidos a partir dos relatórios tinham o potencial de fornecer ao Estado condições de intervenção em realidades locais e regionais concretas, equalizando distorções de desigualdade social.

Alguns casos extremos narrados pelos agentes de campo

Sendo a maior pesquisa sobre alimentação realizada no país até hoje, o Endef ofereceu, na época, um quadro metódico da miséria brasileira em plena vigência da ideologia do milagre econômico propalado pela ditadura militar. E a parte qualitativa foi a que melhor conseguiu evidenciar essa chaga. As atitudes dos agentes em face da situação vivida foram variadas: de um lado, alguns consideraram a degradação das condições de vida degradação moral. Por exemplo, famílias eram censuradas por fazer uso de maconha, álcool, tabaco e por apresentar “vícios de diversos tipos” (Camargo, 2010). Outros mostraram profunda identificação com a situação de penúria vivida pelos entrevistados, chegando a apresentar estafa frente às dificuldades do trabalho e comovendo-se com as condições de vida das pessoas.

O estudo quantitativo mostrou que 62,7% das famílias possuíam deficiência calórica na alimentação, e, coincidentemente, o número daquelas que viviam com renda mensal de até dois salários mínimos na época era de 62,4% (IBGE, 1977). O trabalho também constatou que 40% estavam em situação de “penúria alimentar”. Assim, reverteu-se o entendimento ideológico de que o povo se alimentava mal por ignorância; os dados mostraram que o problema da fome no país estava ligado à péssima distribuição de renda. Essa situação se refletia na saúde da população, pois a mortalidade infantil que hoje está em menos de 13 por 1.000 crianças nascidas vivas, na década de 1970 era de 115 por 1.000. E a expectativa de vida, que hoje está em 76,5 anos, era de 59 anos.

As análises qualitativas que evidenciaram a realidade nua e crua tiveram a divulgação proibida porque alguns registros eram alarmantes. É o caso dos dados que mostravam que

em certos lugares havia boias-frias que comiam folhas do cafezal; famílias que ingeriam apenas casca de batata cozida, lixo, rato, carvão, sabão, miolo de xaxim, lavagem de porco e minhocas. “Uma pesquisadora ficou estarrecida quando viu duas crianças brigando por suas fezes” numa cidade do Rio de Janeiro (IBGE, 1978b, p.33). Assim, a fome tornou-se um tabu nesse período, e a pesquisa só chegou ao público 11 anos mais tarde, de forma desidratada, merecendo apenas algumas menções na imprensa.

Eis algumas anotações tais como escritas por agentes de campo:

No primeiro dia de pesquisa, a pessoa 02 contou-me que anteriormente foi casada com um homem que bebia muito e quase que diariamente a espancava e às vezes chegava a extremos, como facadas, dentadas e até chicotadas. A mesma tem marcas no corpo, alegando também que, por causa desses maus tratos, ficou com os nervos abalados. Ela está grávida e não sabe informar realmente de quantos meses. Ela tem o hábito de comer barro da parede durante a gravidez, não foi possível pesar porque a mesma morde diretamente a parede (IBGE, 1976b, p.33).

Era uma casa com um cômodo agasalhando nove pessoas. Esta casinha está praticamente ao ar livre, devido ao reboco ter caído. Dormem no domicílio nove componentes em uma só cama de aproximadamente 1 metro e 50 centímetros de comprimento ... A respeito da alimentação ... nosso coordenador ficou estarrecido com o que observou e também observamos: um membro desta família tomar banho numa lama e o pai dessa criancinha replicou sorrindo: como minha filha gosta de tomar banho. O que mais me comoveu foi uma pessoa alimentar-se de fezes da irmãzinha por não achar o que comer (IBGE, 1976b, p.32).

Uma mulher, sentada no chão de terra batida e com um filho no colo respondia às perguntas do entrevistador. A criança de meses era semelhante às crianças famintas de Biafra que a mídia mostrava naquela época. No momento pensei, aqui é a África! Não se via um bebê. Via-se apenas ossos, uma boca aberta chorando faminta e a mão da mãe, com aspecto de quem estava com peso abaixo da escala de subnutrição, segurando uma tigela pequena de esmalte danificado onde restava nas beiradas a sobra de uma papa de farinha de mandioca sem leite, que fora consumida pela manhã. Nessas sobras ela havia acrescentado água, para render, e com o dedo raspava essa cola e empurrava na boca do bebê em prantos. Em dado momento, o entrevistador perguntou se ela tinha o registro de nascimento do menino. Curiosamente, ela o havia registrado, o que não é comum em famílias abaixo da linha de pobreza. Ao se levantar para pegar o documento me ofereci para segurar o bebê. Quando o peguei, ele parou de chorar. Senti um alívio ao pensar que havia conseguido aquietá-lo. Quando ela entregou o documento solicitado, fiz menção de devolver a criança. Percebi que o menino havia parado de respirar. Corremos ao posto de saúde, eu com ele nos braços, pois a mãe nem tinha forças para correr. Ao ser examinado, o médico comunicou: morreu de inanição (IBGE, 1976b, p.40).

Um apontamento metodológico: casos como os citados demonstraram que mesmo com todo o cuidado e respeito à população, havia uma inadequação dos procedimentos padronizados nas orientações para a pesquisa. Normas como a de pesagem dos alimentos e das sobras em todas as refeições, durante os sete dias, pressupunham equivocadamente que havia refeições e, mais ainda, “sobras” (Camargo, 2010).

Considerações finais

Este texto é apenas um pequeno extrato da grande obra que foi o Endef com suas circunstâncias de produção. O trabalho de Camargo (2010), que teve acesso a muitas outras fontes de informação, é de uma riqueza inenarrável frente às limitações deste artigo cuja intenção foi apontar o uso do método qualitativo articulado com estratégias estatísticas, de forma inédita nas ciências sociais no Brasil.

Falar sobre o módulo qualitativo do Endef é não deixar a memória da pesquisa qualitativa se calar em suas origens, possibilidades e promessas no Brasil, tanto em si como em sua triangulação com os dados estatísticos. Da riqueza gerada por esse tipo de estudo, ficou evidente a importância da compreensão das vivências, contrapostas ou complementares ao que foi revelado por números. E, não menos relevante, a abordagem qualitativa permitiu uma forte crítica epistemológica aos questionários padronizados, produzidos longe da compreensão da realidade. Em seu conteúdo, o estudo evidenciou um retrato inédito e cruel da fome que grassava pelos quatro cantos do país em pelo período triunfalista do milagre brasileiro.

Exatamente pela crueza das informações que apresentava de forma inédita, ao Endef faltou amparo político do governo para, a partir dos dados, enfrentar a fome e a desnutrição, colocando-as como prioridades do planejamento nacional. Parga Nina e sua equipe não conseguiram finalizar o trabalho, deixando um forte questionamento sobre a relação entre construção de conhecimento e poder. Houve um silenciamento sobretudo quanto ao módulo da pesquisa qualitativa, tanto interna quanto externamente. O processo de categorização que foi feito poderia ter sido uma verdadeira mina para análises estratégicas acerca das condições de vida, saúde, alimentação e trabalho, entre outras, do Brasil de então.

Internamente, Camargo (2010) ressalta o testemunho pessoal de Eurico Borba Neves (2006, p.9), um dos diretores da instituição que havia acompanhado toda a produção do Endef, confessando que a situação a respeito da pesquisa qualitativa era lamentável:

A proposta do Parga Nina foi aceita com entusiasmo pelo Isaac, que adorava essas novidades de investigação. Mas as nossas sociólogas ficaram aborrecidas e sempre criticaram a ideia, pela questão de que não haveria controle sobre as respostas, as transcrições e sobre a qualidade das observações. O Parga Nina ... não recebeu nenhuma ajuda da turma de indicadores sociais ... 'Lá vem o comandante com seus dados desestruturados', era a gozação maldosa da turma ibgeana que não o aceitava ... Houve incompreensão, ciúmes, falta de apoio do grupo de ciências sociais do IBGE, por disputa de espaço e de poder.

Por apego aos sistemas de pesquisa tradicionais, muitos investigadores da instituição não perceberam que a metodologia que revelava as condições reais de vida e de alimentação no Brasil e criticava as categorias de lógica binária, expunha a ferida aberta da aferição normativa (Camargo, 2010).

Externamente, as conclusões do estudo foram muito mal vistas pelo governo militar. A pesquisa trouxe informações indesejadas para a ideia do "Brasil Grande" e do "milagre econômico". O acesso às informações sofreu um rígido controle por parte do governo. Nem os altos escalões dos ministérios, nem a imprensa, nem a sociedade souberam do

módulo qualitativo da pesquisa. Da parte concluída, foram feitas apenas 220 cópias para “uso restrito”. Uma bibliotecária que trabalhava no setor à época afirmou que a orientação da direção foi a de guardar o documento “em lugar bastante reservado” (Camargo, 2010), o que, naturalmente, contribuiu para o pouco acesso aos volumes. Em 1978, o grupo do Endef como um todo foi desmontado. Os cinco volumes de impressão interna, elaborados entre 1976 e 1978, tornaram-se apenas uma pálida sombra do objetivo inicial. Onze anos após o Endef ter sido desativado, os resultados da pesquisa qualitativa foram descobertos pela revista *Isto É*. “Fome censurada” (Fome..., 2 out. 1985), foi o título de capa da revista, e dentro havia uma matéria com críticas ásperas ao IBGE. Tarde demais!

Com grande exatidão, Camargo (2010) ressalta que: pela riqueza antropológica de seu corpo documental, pela possibilidade de acompanhamento das famílias e das regiões mais afetadas, pelo cruzamento de dados, pelo pioneirismo da proposta e pela inovação na aplicação teórica das ciências sociais, era de esperar que a pesquisa qualitativa sobre a pobreza elaborada pelo Endef figurasse como uma das referências no moderno cenário do pensamento social brasileiro. O silenciamento, a incompreensão interna e a censura militar terminaram por eclipsá-la e condená-la ao apagamento.

AGRADECIMENTO

Este texto é meu pequeno tributo pessoal a dois grandes pensadores da realidade brasileira: Isaac Kerstenetzky e Luiz Parga Nina, ambos já falecidos. Suas memórias não podem ser nem desconhecidas, nem apagadas da história social e nem da pesquisa qualitativa e da triangulação de métodos no Brasil. Particularmente, Parga Nina, com quem tive a felicidade de trabalhar, deixou sua marca indelével ao tratar a investigação social como parte fundamental da construção da cidadania do país. O trabalho do Endef se encerrou antes de concluído, não por vontade de Parga Nina, mas por injunções políticas internas e externas que estão narradas no texto. Embora constituam uma análise truncada, as informações trazidas são de imensa relevância para conhecimento da situação social de grande parte da população no período da ditadura militar e ainda hoje, pois continuamos construindo uma sociedade marcada por desigualdades e privilégios

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre.
Le métier de sociologue. Paris: Mouton. 1973.
- BULMER, Martin.
Social policy research. London: MacMillan. 1986.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio.
Conhecendo os dissidentes: os dados não estruturados do Endef e a configuração da pobreza no Brasil. In: Senra, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas formalizadas*, v.4, p.169-207. 2010.
- CANDIDO, Antonio.
Os parceiros do rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades. 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique.
Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1962.
- CICOUREL, Aaron Victor.
Method and measurement in sociology. New York: Free Press. 1964.
- DENZIN, Norman Kent.
The act of research. New York: Aldine. 1970.
- FERNANDES, Florestan.
Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Dominus; Edusp. 1955.
- FOME...
Fome censurada. *Isto É*, 2 out. 1985.
- GRANGER, Gilles Gaston.
Pensée formelle et sciences de l'homme. Paris: Aubier Montaigne. 1969.
- GURVITCH, Georges.
As classes sociais. São Paulo: Global. 1982.
- HOCHMAN, Gilberto.
De memória e história: o IBGE em transformação na virada do século. Prefácio. In:

Senra, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas formalizadas*, v.4, p.19-27. 2009.

HOLSTI, Ole Rudolf.
Content analysis for the social sciences and humanities. Reading: Addison-Wesley. 1969.

IBGE.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Estudo das Informações não Estruturadas (Eine) do Endef e sua integração com os dados quantificados. v.2. Rio de Janeiro: IBGE. 1978a.

IBGE.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Estudo das Informações não Estruturadas (Eine) do Endef e sua integração com os dados quantificados. v.1. Rio de Janeiro: IBGE. 1978b.

IBGE.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef): dados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE. 1977.

IBGE.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Estudo das Informações não Estruturadas (Eine) do Endef e sua integração com os dados quantificados. Rio de Janeiro: IBGE. 1976a.

IBGE.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Anexo ao Estudo das Informações não Estruturadas (Eine) do Endef e sua integração com os dados quantificados. Rio de Janeiro: IBGE. 1976b.

IBGE.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef): manual de instruções. Rio de Janeiro: IBGE. 1974.

KANT, Immanuel.
Crítica à razão pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 1997.

KERSTENETZKY, Isaac.
Estatísticas, teoria social e planejamento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.6, n.17, p.15-27. 1991.

KERSTENETZKY, Isaac.
Discurso pronunciado pelo presidente no 36º aniversário do IBGE. *Boletim de Serviço*, n.1138, p.1-3, 31. 1974.

KERSTENETZKY, Isaac.
Palestra do presidente do IBGE na abertura do II Seminário de Pesquisa e Análise de Conjuntura.

Revista Brasileira de Estatística, v.34, n.135, p.465-471. 1973.

MALATOVA, Leandro; SANTANA, Luciana; MONTEIRO, Pedro.
Um retrato que o Brasil desconhece: a documentação do Endef como fonte de informações para o historiador. In: Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: Anpuh. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.
Luiz Affonso Parga Nina: pensador e humanista. In: Senra, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE. v.4, p.205-212. 2010.

NEVES, Eurico Borba.
Isaac Kerstenetzky [mensagem pessoal]. Mensagens recebidas por <nelson.senra@ibge.gov.br> em maio-jun. 2006.

PARGA NINA, Luiz Affonso et al.
Configuração de situações de pobreza. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento; PUC-Rio. 1983.

RODRIGUES, Jaime.
Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920-1960. São Paulo: Alameda. 2011.

SCHÜTZ, Alfred.
The phenomenology of the social world. Chicago: Northwestern University Press. 1967.

SENRA, Nelson de Castro.
História das estatísticas brasileiras (1972-2002). Rio de Janeiro: IBGE. 2009.

THOMAS, William.
The definition of the situation. In: Coser, Lewis Alfred; Rosenberg, Bernard (Ed.). *Sociological theory*. Toronto: McMillan. p.245-249. 1970.

THOMPSON, Edward Palmer.
A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

VASCONCELLOS, Maurício Teixeira Leite de.
Metodologia do Estudo Nacional da Despesa Familiar: objetivos, descrição e metodologia usada no Endef. Rio de Janeiro: IBGE. 1983.

WEBER, Max.
Economia e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

